



programa
de
trabalho
da
ASSOCIAÇÃO
70/71

LISTA
CANDIDATA
PROPOSTA
PELOS
COLABORADORES
DA
A.E.F.C.L.

POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR



MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: Amílcar Gomes da Silva

VICE-PRESIDENTE: Orlando Cardoso Gonçalves

1º SECRETÁRIO: Mário dos Santos Parra da Silva

2º SECRETÁRIO: Maria Julieta Alonso Antão

DIRECÇÃO

1)

PRESIDENTE: Maria da Glória Tavares Ramalho	} Comissão directiva
Pedro Manuel Ferraz de Abreu	
Olga Maria Assunção de Moura	
António Aurélio Pestana da Silva	
Maria da Graça da Silva Pestana	} Vogais às pedagógicas
Pedro Gaspar Moradas Ferreira	
Margarida Maria Martins da Graça	} Vogais à Cultural
Maria do Rosário Cardoso Simões	
Francisco José Neto Melro	} Vogais à Improp
Joaquim Maria da Conceição Nunes	

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Vicente Augusto Alfacinha da Silva

RELATOR: João Pedro Pereira Leão

SECRETÁRIO: Elsa Leão Frias de Barros

I-INTRODUÇÃO

Foram postos à discussão nas turmas uma série de textos como base para um programa de trabalho da Associação.

Algumas críticas importantes foram recolhidas; outras versaram essencialmente sobre pontos de pormenor. A discussão nas turmas, no entanto, foi muito fraca, tendo-se praticamente reduzido a alguns pedidos de esclarecimento.

Do resultado dessas críticas, alguns pontos foram corrigidos e outros acrescentados; vários pontos ficam no entanto para melhor esclarecimento por discussão directa nas turmas, Reunião Geral de Alunos, etc.

AS FUNÇÕES DE UM PROGRAMA DE TRABALHO

O programa de trabalho não é de modo algum uma lista de realizações a efectuar; será mais um "guia" de referência quanto ao caminho que o trabalho da Associação deve trilhar quanto ao tipo de realizações a fazer. Como tal, ele é susceptível de ser corrigido ao longo do ano de acordo com o que a experiência ensinar aos estudantes. Não se encare pois o programa de trabalho como uma coisa estática, rígida; a Reunião Geral de Alunos tem plenos poderes para fazer os acertos que a prática trouxer como imprescindíveis.

AS FUNÇÕES DE UMA DIRECÇÃO

A Direcção tem assim essencialmente o papel de garantir que o esforço da actividade associativa seja de facto orientado de acordo com o definido no programa de trabalho; daí as suas funções simultaneamente coordenadora e incentivadora do trabalho associativo.

Este ano os colaboradores da Associação consideraram de maior eficácia a seguinte divisão de tarefas entre os elementos da direcção: uma equipa directiva que se dedicaria a uma eficiente e coesa coordenação e incentivo do trabalho, e um grupo de vogais às secções que se dedicariam especialmente ao "arranque" das diversas acções pedagógica, cultural, informativa, etc.. Assim, para conseguir um maior rendimento, os primeiros ficariam mais libertos do trabalho das secções, e os segundos do trabalho de coordenação.

II-PRINCIPIOS GERAIS

"...como movimento sindical, o Movimento Associativo Português defende como princípios gerais:

1) neutralidade política e religiosa, entendendo--as não como indiferença perante os problemas nacionais e internacionais, mas como única base correcta para a unidade integradora de todos os estudantes, quaisquer que sejam as suas concepções políticas ou religiosas. Nesta base, o Movimento Associativo, como movimento sindical, ficará livre de assumir todas as atitudes políticas e religiosas que os seus membros democraticamente o venham a exigir, ressalvando, porém, como limite na fase actual, a defesa da legalidade do próprio M.A(1).

2) A unicidade e representatividade, isto é, que os interesses dos estudantes apenas podem ser defendidos por uma Associação unitária que represente os interesses de todos os estudantes e não apenas sócios das AAEE.

3) Democraticidade, que assegura a eleição de todos os corpos dirigentes, que implica a participação activa de todos os estudantes na vida associativa, que dá efectiva extensão de poder deliberativo a todos os estudantes, que controle todas as funções de direcção por parte de todos os estudantes."

Na prática, estes Princípios Gerais são algumas vezes escamoteados por dirigentes associativos oportunistas, ou então pura e simplesmente pela incapacidade dos mesmos. O caso mais flagrante é o da "democraticidade" das AAEE. Neste ponto, a prática associativa encontra-se viciada até à medula; desde aqueles que defendem demagogicamente o "controle de base" e depois preconizam RIAs fechadas, aos que dizem, muito calmos: "Não há democraticidade? Então a Direcção não foi eleita democraticamente?" Não falando já da incapacidade generalizada de assegurar "a participação activa de todos os estudantes na vida associativa"...

Impõem-se portanto, medidas concretas no sentido de corrigir esta situação. Isto significa que todo o trabalho a efectuar, que todas as medidas organizativas a tomar, estejam perfeitamente orientadas no sentido da aplicação integral do ponto sobre democrati-

(1) Sublinhado nosso.

-cidade da "Declaração de Principios"... e dos restantes.

O programa de trabalho proposto (cap.VI) integra-se neste espirito; no entanto, é possível vincar aqui duas regras fundamentais.

Desta forma, temos: 1) Todas as reuniões são abertas aos estudantes
2) Todas as decisões tomadas em qualquer organismo das AAEE, são publicadas e nunca secretas

III - Níveis de decisão

- O órgão soberano dos estudantes a nível da Faculdade é a Reunião Geral de Alunos (R.G.A.); nenhuma estrutura associativa da escola se sobrepõe a este órgão.
- Entre duas R.G.A., e sem sair do que ficou estabelecido nas R.G.A. anteriores, o órgão soberano da actividade da Associação é a Reunião Geral de Colaboradores R.G.C.; é colaborador aquele que participa na actividade associativa.
- Entre duas R.G.C., e no seguimento das decisões das R.G.A. anteriores (igualmente das R.G. Colaboradores), a Direcção da Associação é soberana.
- Qualquer dirigente associativo (ou a Direcção na totalidade) pode ser demitido em qualquer ocasião pela Reunião Geral de Alunos

IV - FINALIDADES DAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES...

- 1 - Defesa dos interesses colectivos dos estudantes;
- 2 - Contribuição importante na formação integral do Estudante;

SEUS OBJECTIVOS (A LONGO PRAZO)

POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Objectivamente de 62% das famílias do país (trabalhadores assalariados) saem 4,2% dos estudantes universitários; dos restantes, a maioria esmagadora (84,2%) provém das famílias de pequenos e grandes industriais, proprietários, engenheiros, médicos, advogados, etc, que constituem apenas 10,7% do total das famílias do País.

A Universidade apresenta assim um caracter de selecção drástica do estudante em função da sua origem social, com um estrangulamento em relação à população trabalhadora que afinal representa as verdadeiras forças produtivas e constitui a maioria da população.

Mas este aspecto, já por si bem explícito, não é o único fundamental: há que ter em conta as finalidades da Universidade.

Ora esta forma (mal) técnicos e teóricos que vão preencher os quadros necessários ao prosseguimento e manutenção do actual sistema económico (e sócio-político); sistema este que se caracteriza pela perpetuação dos desníveis sociais bem patentes.

A Universidade serve pois, neste instante, fundamentalmente os interesses dos grandes senhores das indústrias, dos que comandam as alavancas da economia, e não contribui para uma alteração radical da situação desprivilegiada da população trabalhadora em relação às restantes camadas sociais.

Posto isto, e considerando que os estudantes não podem de forma alguma alhear-se dos problemas nacionais a que a Universidade está intimamente ligada, pois que obviamente a resolução dos problemas estudantis se encontra em íntima interdependência com esses problemas nacionais;

É de fundamental importância definir-se que os estudantes lutam por uma Universidade que não só esteja ao real alcance de toda a população, como ainda por uma Universidade verdadeiramente ao serviço da população trabalhadora, isto é, POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR.

Esta deve ser pois a perspectiva em que todo o trabalho da Associação se deve inserir.

V - ORIENTAÇÃO GERAL PARA 70/71

Interessa entender a orientação geral da Associação como um critério que permita, num dado período de tempo (neste caso um ano, pelo menos) distinguir em qualquer altura os processos fundamentais para a Associação, isto é, qual o trabalho fundamental para a Associação no momento e em direcção do qual se devem lançar os diversos campos de actividade associativa - pedagógico, cultural, etc., assim como, o trabalho nos diversos cursos.

Isto é absolutamente indispensável para que exista uma verdadeira convergência de toda a actividade associativa na Faculdade; tanto mais que existe já por si uma certa tendência de isolamento e descoordenação, quer entre os cursos, quer entre os diversos "ramos" dessa actividade associativa.

Os colaboradores da Associação propoem que seja considerado fundamental e prioritário todo o trabalho que se traduza numa maior consolidação interna da Associação; entendendo-se por consolidação interna tudo aquilo que tenha como efeito a curto prazo uma primeira radicação da Associação nos estudantes da Faculdade, uma grande aproximação deles da sua actividade, quer no âmbito de estruturação (alargamento das comissões de curso, radicação destas nos cursos), quer no âmbito de movimentações colectivas dos estudantes - que quebrem, ou contribuam para tal, o marasmo e a apatia predominantes na Faculdade.



Torre
Tombo

Cultural

I - De entre os problemas que os estudantes reconhecem como seus, na medida em que surgem de uma actividade comum, existe uma determinada gama deles que se podem chamar de interesses culturais.

E o que são eles especificamente?

Ora vejamos:

É sabido que um indivíduo, desde que entra para a escola, passando pelo liceu e já depois na Universidade, é torpedeado com toda uma formação de carácter muito especial:

- por um lado através da perspectiva perfeitamente dogmática com que todas as matérias lhe são apresentadas (sempre como verdades descobertas por determinados mestres e como tal indiscutíveis) desperdiçando, anulando, no estudante toda a capacidade de analisar criticamente o que lhe é ensinado.

- por outro lado através da perspectiva do enquadramento, das explicações que lhe são dadas sobre outros tipos de matéria, perfeitamente viciadas, conduzindo a uma visão sempre incorrecta (porque unilateral) de um desenrolar histórico de acontecimentos, das condições em que eles se desenvolveram, etc.

Tudo isto limita fortemente o poder crítico do estudante e orienta o que ainda resta do seu raciocínio para uma maneira de ver as questões que agrada, evidentemente, a quem está interessado em manter todo o estado de coisas, ou seja, nomeadamente, ao governo.

Exteriormente às estruturas educacionais o panorama não é muito melhor:

- cinema, livros, rádio, televisão, jornais, em suma, as hipóteses que o indivíduo tem de se informar sobre o que se passa a nível nacional e internacional, estão condicionados, orientados por uma "censura" que se encarrega de "filtrar" hábilmente tudo o que tenha possibilidades de pôr em causa a perspectiva sobre os acontecimentos que as estruturas já referidas tanto se esforçam por fornecer.

II - Ora o trabalho de uma Associação de Estudantes consiste precisamente em não permitir que se perpetue esta múltipla "lavagem ao cérebro",

- facilitando aos estudantes a aquisição de dados tanto quanto possível exactos e correctos;

- fomentando a análise e discussão do seu significado, das suas causas e suas possíveis consequências.

Em suma, incentivando a elevação do poder crítico dos estudantes.

Nesta perspectiva:

- Há que analisar o porquê da percentagem mínima do Orçamento Geral de Estado destinada à educação (em oposição à metade que cabe às despesas militares).
- Há que estudar todos os reflexos desta orientação de verbas nos problemas que surgem actualmente em toda a Universidade:- desde a falta de instalações capazes, de professores em número suficiente, ao carácter primário e deficiente das reformas que aparecem, etc.

Isto tudo fará parte, portanto, de uma análise a formular das características actuais e da evolução da economia em Portugal.

Embora esta questão seja considerada como fundamental, ela não exclui, no entanto, o tratamento de outras, tais como, por exemplo, o de uma Cultura Popular - seu significado; suas possibilidades; sua evolução; etc.

Há que não esquecer, apesar disso, a importância do estudo atrás referido, para tornar possível o enquadramento correcto de todas as outras questões.

III-Há agora que definir o modo como se pensa levar a cabo tais projectos, ou seja, a estruturação geral da secção:

1. É sabido que em casos anteriores, a secção cultural (e de um modo geral, todas as secções da Associação) funcionou na base de um grupo de estudantes que organizavam realizações tais como Colóquios, Mesas Redondas, Sessões de filmes, etc, e que assim pretendiam informar e esclarecer todos os outros estudantes. Simplesmente este tipo de trabalho servia apenas uma minoria que tendo já consciência dos problemas tratados, espontaneamente aderiria a estas realizações. Eram deixados "de fora" todos os outros (ou seja, a grande parte) a quem os temas poucos diziam e que pouca relação tinham com os seus próprios problemas.

As consequências, ou seja, o desligamento dos estudantes face à sua Associação fizeram concluir que este modo de funcionamento da secção era incorrecto:- sendo os estudantes os interessados deveriam ser eles próprios a controlar a resolução dos seus problemas.

E a melhor maneira de conseguir que estes problemas fossem de interesse geral e que o seu tratamento obedecesse à linha geral definida pelos estudantes, era criar na própria Faculdade, nos próprios cursos, as estruturas básicas de organização.

Assim surgiram as Comissões de Curso. Constituem-nas os estudantes que dentro do seu próprio curso e nas suas turmas, se encarregam de lançar, incentivar e orientar as discussões que sobre os assuntos propostos se pretendem desenvolver (através de textos, meetings, etc.- processos que eles mesmos escolherão).

Aparecerão concerteza também problemas de tratamento imediato; haverá também indivíduos que estarão apenas interessados em determinadas partes do trabalho a desenvolver. Para solucionar estes casos, as próprias pessoas em questão se moverão, surgindo assim as Comissões Eventuais.

Do mesmo modo que para a acção pedagógica, e para:

- por um lado evitar o isolamento entre os cursos
- por outro, assegurar o cumprimento das linhas de orientação definidas pelos estudantes,

formar-se-á um grupo coordenador do trabalho cultural que será constituído pelos indivíduos mais experientes saídos dos diversos cursos e que ficará representado na Direcção da Associação.

2. Determinado tipo de trabalho obriga à actuação simultânea das comissões pedagógicas e culturais - haverá que estudar problemas como Reforma, Participação, etc, tanto no que respeita as suas implicações no funcionamento interno da Universidade (trabalho essencialmente pedagógico) como as suas origens e a sua verdadeira natureza. Assim, os indivíduos que participarem nestas coisas (tanto de uma secção como de outra) procurarão trabalhar em conjunto, recolhendo dados, elaborando textos, etc.

IV - Um segundo tipo de trabalho surgirá, este com características culturais já mais específicas. Os temas propostos em II terão de ser concretizados. Assim caberá aos próprios indivíduos das comissões de curso e consoante os seus próprios interesses e possibilidades de organização de:

- colectâneas de estatísticas sobre a questão do orçamento - sua distribuição pelos vários campos: educacional, militar, etc..
- elaboração de textos que sintetizem as análises feitas sobre o desenrolar histórico dos descobrimentos e das suas implicações na economia portuguesa

(ao longo de anos e fundamentalmente no momento presente).

- "meetings" (reuniões de estudantes) sobre a situação actual dessa mesma economia.
- peças de teatro que procurem fazer ressaltar os vários reflexos dessa mesma economia nos problemas que diariamente se lhes vão pondo, etc.

A Comissão terá pois de escolher o modo como pretendem lançar nas suas turmas os problemas, e organizarem--se de maneira a conseguirem o seu tratamento generalizado. Isto pode levar eventualmente à colaboração entre as comissões de vários cursos, sempre que disso houver necessidade.

A Secção Cultural será assim o conjunto de todas estas comissões em funcionamento, que como já foi dito, se coordenará de acordo com o critério já atrás enunciado:

- cumprir a linha geral que acabará de ser definida neste processo eleitoral.

Pedagógicas

1-Acção pedagógica

2-Orientação

3-Estruturação



1-Os estudantes, por terem uma actividade comum, têm problemas e interesses comuns. Esses problemas e interesses manifestam-se mais fortemente (claro que não unicamente) no campo em que exercem essa actividade: o ensino, a Universidade. Logo que inicia a sua vida na Faculdade o estudante começa a deparar com problemas como as "bichas" para inscrições, horários inconvenientes, falta de salas e laboratórios, escassez de professores, os métodos de ensino destes, etc.

Depois começa a empinar as matérias dadas pelos professores (da maneira que o prof. quer), começa a defrontar o "monstro" que são os exames, ouve falar em reforma do ensino, etc.

Estas são, no geral as questões pedagógicas da Faculdade. Ora as Associações de Estudantes são organismos criados, geridos e orientados pelos estudantes para lutar pela defesa dos seus interesses, e portanto para discutir e tentar solucionar os problemas estudantis. Logo a acção pedagógica dessa A.E. deve ser a de resolver os problemas pedagógicos dos estudantes, para salvaguardar os seus interesses. Mais concretamente, o que é a acção pedagógica duma Associação de Estudantes?

De acordo com os problemas pedagógicos atrás apontados, será: por um lado, esclarecer os estudantes de modo a que se organizem, discutam e lutem para resolver questões como as "bichas", horários, falta de salas, métodos de ensino, etc. orientando o trabalho de molde a que sejam defendidos os interesses da maioria. Por outro lado (e também de acordo com o outro tipo de questões pedagógicas que vimos), deve a acção pedagógica ter como objectivo constante a formação crítica do estudante, isto é, fornecer-lhe dados, promover discussões, e organizar o seu trabalho de molde a que o estudante possa perceber conscientemente porque só se dão "aquelas" matérias, porque é que são professores a escolhê-las e a pô-las obrigatórias, porque há exames e para que servem, porque aparece esta ou aquela reforma e a quem serve, quem está na Universidade e a que é que esta, serve, etc; a perspectiva a dar a essas discussões e análises deve ser aquela que permite enquadrar o problema em questão na luta por uma Universidade Popular—tal como vem expresso no Cap.V.

Tudo isto é portanto a acção pedagógica duma Associação, o trabalho da secção pedagógica. Mas é importante realçar que quando se diz tudo isto, é porque é profundamente errado considerar a acção pedagógica orientada só para resolver os chamados pequenos problemas ("bichas", horários, etc) ou só orientada para formar criticamente os estudantes sobre as grandes questões (reformas, exames, etc). É errado porque são dois aspectos, duma única questão—a questão pedagógica—e considerá-los desligados, (sem os ver dependentes e formando

um todo) é separar a cabeça do tronco, destruindo ambos.

Resolver unicamente a falta de salas, os horários, etc. sem que se apercebam de que é quê estas 'coisas acontecem, desconhecendo ou desprezando todos os outros problemas, é "entreter" os estudantes uma eternidade com as pequenas reivindicações fazendo-os esquecer os problemas fundamentais, tirando-lhes a possibilidade de resolver de vez esses problemas primeiros (por lhes desconhecem as causas verdadeiras), e pelo seu desconhecimento serem utilizados como joguetes de outrém.

Por outro lado voltar-se só para as questões mais gerais e mais importantes (reformas, exames, etc.) não resolvendo os problemas menores, é faltar ao princípio essencial das Associações de defender os interesses dos estudantes, pois não havendo salas, os horários não servindo, havendo falta de professores, os seus interesses são lesados e portanto têm que ser defendidos.

2-- Visto o que é a acção pedagógica, propomos agora, como se deve orientar essa acção, isto é, quais os princípios porque se deve reger.

Como já vimos a Associação é o órgão de defesa dos interesses dos estudantes, de todos os estudantes; portanto a acção pedagógica deve ser sempre dirigida a defender os interesses da maioria, e nunca sobrepor a estes os de qualquer minoria, donde resulta que o trabalho, os processos a que a secção pedagógica dedica a maior parte do seu esforço têm de ser necessariamente processos que envolvam a larga maioria dos estudantes. O que não significa que os outros sejam abandonados, mas sim que o esforço principal e a primada de sejam dados aos de interesse geral.

Também já atrás se viu que a formação crítica, a formação consciente e livre dos estudantes é tarefa primordial de uma A.E.

Mas a formação só será consciente: se o estudante estiver de posse dos dados e informações completas e suficientes; se o trabalho for perspectivado de modo a que o estudante possa saber claramente o que é e quem serve e possa consequentemente decidir o que quer ser e quem quer servir; se o estudante participar activamente nas discussões e acções necessárias.

Por outro lado a formação só será livre quando os estudantes possam controlar o trabalho, a perspectiva que tem, a correcção das informações, em suma, quando os estudantes de cidam, controlem e participem de facto na orientação de trabalho da secção.

Resumindo, achamos que a acção pedagógica deve ser orientada de modo a servir os interesses dos estudantes, sejam eles primários ou mais avançados, que o seu esforço incida primordialmente e principalmente em questões que afectem a grande maioria estudantil, e que seja preocupação e objectivo constantes a formação crítica dos estudantes, independentemente do tipo de trabalho.

3 — Falta agora ver o modo como se deve organizar, estruturar, a secção para que se consiga trabalhar e alcançar os objectivos que apontámos.

Em Ciências, até este ano, a secção pedagógica situava-se principalmente na Associação. E isto porquê? Porquê a S.P. era formada pelo vogal da direcção e

pelos colaboradores das Pedagógicas, do que resultava encontrar-se como que "separada" dos estudantes, desconhecendo (porque funcionava "fora" deles) alguns dos seus problemas, não participando os estudantes constantemente na definição da orientação da secção.

Assim propomos para este ano a seguinte estruturação da secção pedagógica: que se situe essencialmente nos cursos (e portanto na Faculdade) esforçando-se para que os estudantes se organizem e participem desde o início e durante todo o ano no trabalho pedagógico, sejam eles a orientá-lo e a controlá-lo.

Mais concretamente propomos:

a) COMISSÕES DE CURSO E NÃO DELEGADOS DE CURSO

Que em cada curso (Engenharias, Matemáticas, Física e Química, Biologia e Geologia) os alunos mais interessados no trabalho pedagógico e que nele queiram colaborar, formem comissões de curso. Estas comissões pedagógicas têm uma dupla função: garantir uma informação constante do que se passa nas aulas práticas e teóricas (enfim, na Faculdade) e simultaneamente estimular a análise mais aprofundada por parte de todos os estudantes da natureza dos problemas que surgem - isto é, a chamada "perspectivação dos processos".

Para isto estas comissões são acima de tudo estruturas de trabalho: angariar dados, analisá-los, fornecê-los aos estudantes, facilitar a sua ampla discussão, tudo isto são coisas que são feitas por quem quer trabalhar, sem que para isso seja necessário proceder à eleição das comissões de curso. O problema dos delegados de curso deve ser visto dentro da mesma óptica. Quando os alunos do curso necessitarem de representantes para alguma coisa elegem-nos; terminadas as suas funções, estes representantes deixam de ter razões de existir.

Quanto a nós, portanto, a questão de eleger delegados de curso ou comissões representativas como base de resolver as questões nos cursos é errada e ineficaz; errada porque leva as pessoas a "encostarem-se" à comissão (ou delegado) e a permanecerem no fundo passivas; e ineficaz, porque a prática demonstra que os problemas só se resolvem com a organização colectiva, de toda a malta, para tratar do assunto - e nunca doutra maneira.

b) ORGANIZAR A COLABORAÇÃO EVENTUAL DOS ESTUDANTES

Constituindo as Comissões de Curso equipas de estudantes que colaboram regularmente na actividade associativa, deve-se sempre facilitar a participação organizada de estudantes que só queiram colaborar especificamente num assunto qualquer, que os interessa ou preocupa mais em especial.

Para tal devem os colaboradores das comissões de curso estar sempre prontos a agregar a si estudantes nestas condições, quando há um acontecimento específico (por ex. as bichas, em que os colaboradores das C. C. organizaram piquetes, etc.)

Estes estudantes colaboram no assunto concreto e deixam de colaborar logo a seguir; mais tarde, tornarão a colaborar noutro caso semelhante, e por aí a fora.

A estes estudantes colaboradores eventuais deve-se fazer o possível para que eles possam também participar no controlo do trabalho geral da Associação.

Esta é a única forma de começar a acabar com o "dilema" referido no "Improp 5": ou "passar a vida" nas reuniões associativas, ou não participar em nada da Associação.

c) COMISSÕES COORDENADORAS - contra o espírito de "isolamento" dos cursos

Para que o trabalho pedagógico não se transforme numa soma dos trabalhos dos vários cursos e tenha sempre um carácter geral, ou que a orientação do trabalho nuns cursos não vá contra a orientação de outros cursos e contra os interesses colectivos dos estudantes da Faculdade, deverá constituir-se necessariamente uma comissão coordenadora do trabalho pedagógico (representada na direcção da Associação), constituída pelos diversos colaboradores já um pouco mais experientes e esclarecidos, saídos dos diversos cursos.

Esta Comissão Coordenadora deverá igualmente assegurar que o trabalho que é feito nos cursos esteja conforme as linhas de orientação decididas pelos estudantes.

DESPORTIVA

Fomentou a Comissão Administrativa, durante o período da sua gerência, uma movimentação desportiva alienatória em que a obsessão por títulos e vitórias apagava todos os aspectos positivos de uma actividade física salutar.

Não se debruçando devidamente, na prática, sobre o problema, as duas últimas Direcções não conseguiram criar um corpo de colaboradores que garantisse a normalização da secção. Esta, tem vindo a funcionar nos moldes de um clube desportivo em que os estudantes se limitam a jogar, havendo um indivíduo (vogal da secção desportiva á direcção) que se ocupa de todo o trabalho burocrático. A situação veio provocar o actual estado de total desorganização e de inexistência de colaboradores com consciência das verdadeiras razões da integração da secção na Associação.

A Direcção candidata certa de necessidade de organizar a secção em moldes capazes de satisfazer os estudantes mas, sente ao mesmo tempo a falta de quadros neste campo, omite-se de propor um programa desportivo que deverá ser elaborado e definido pelos praticantes - colaboradores. No entanto para isso, colocará todas as suas disponibilidades no sentido de captar e incentivar colaboradores orientando-os para um trabalho básico de procura das vias correctas para o desporto associativo

BASES PARA UM PROGRAMA DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO PARA DISCUTIR 70/71

INFORMATIVAS



1 - A função que a Imprensa Estudantil desempenha no seio dos estudantes é a de fornecer a informação e os conhecimentos que lhes possibilitem uma compreensão correcta da realidade que os cerca (da evolução dos acontecimentos nacionais e internacionais) e consequente significado das relações actuais Universidade-Sociedade, da política de Ensino actual - se apercebem da sua função social enquanto estudantes Universitários e possam tomar uma posição esclarecida face a essa realidade.

Sabemos que a imprensa oficial, mistificadora tanto dos problemas universitários como dos problemas nacionais, visa desurpar todo o sentido e conteúdo da luta estudantil para assim a isolar da população. São exemplos escandalosos disso os comunicados oficiais do MEN (Ministro da Educação Nacional) nos jornais justificando o encerramento do Técnico dando a entender que um grupo de depravados sexuais assaltaram determinada casa de banho das raparigas (que nem sequer existia).

Aliás todos os comunicados oficiais e discursos de ministros sobre a luta estudantil visam torná-la impopular e lançar a confusão aos olhos da população e até dos estudantes mais afastados das Associações.

A tudo isto têm as Associações respondido com comunicados federativos e nacionais dirigidos à população e que grande número de estudantes se protificam a distribuir em Lisboa e na província. Este aspecto importantíssimo da Imprensa tem sido improvisado na altura e insuficiente por inexistência de uma articulação orgânica federativa e nacional entre as secções, nomeadamente informativas e que se traduzem em inúmeras dificuldades de movimentação una. Temos assim a criação de uma estrutura informativa federativa e nacional como uma tarefa prioritária.

2 - Armar a massa estudantil da compreensão do significado da actual política seguida no ensino e consequentemente novos tipos de repressão.

Um exemplo da "Nova Política" - é o caso da legislação militar: o envio para a tropa em qualquer altura passa a depender da opinião da "Autoridade Escolar" sobre o estudante em causa. Também neste momento se torna necessário desmascarar o tipo de participação no "governo" da Universidade, que nos é "oferecido"; pois simultaneamente, a polícia entra nas aulas e prende estudantes (Comercial), dispara sobre os estudantes de Coimbra, a Associação do Industrial é suspensa, etc., etc., etc.; simultaneamente, o mesmo governo cria uma legislação circum-esco-

lar anti-estudantil (decreto 44.632), de asfixia econômica por parte do governo às AAEE com organismos que impedem (e combatem) os estudantes de gerir democraticamente os serviços do seu próprio interesse (cantinas, sebatas, etc.) - organismos como serviços sociais e MP.

Tudo isto faz ressaltar a importância duma imprensa estudantil que em pura colaboração com as secções culturais e pedagógicas, promove uma ampla informação e facilita um amplo debate sobre estes assuntos.

3 - Este ano o trabalho de Informação não deve continuar como que "destacado" da Faculdade; em vez disso é dentro dos próprios cursos e em estreita colaboração com as comissões de curso pedagógicas e culturais que os estudantes devem criar e desenvolver essa informação.

Para tal, mais concretamente propomos:

a) criação em cada curso de uma comissão de informativas (ligada à Improp).

Esta comissão constituirá uma equipa de informação regular dentro do curso.

b) organizar equipas eventuais de informação. Estas equipas surgem quando estudantes normalmente afastados do trabalho associativo, querem no entanto colaborar na informação de um assunto concreto que lhes interessa em especial. Estas comissões aparecem então só nessas alturas e desaparecem logo a seguir (quando a necessidade e a importância dessa informação especial desaparecem).

c) fazer sair um boletim informativo da AE - o IMPROP, regularmente.

Para tal será necessário manter um corpo permanente de redactores.

d) criar um serviço de notícias que garanta um constante intercâmbio informativo entre Ciências e as outras escolas de Lisboa e do País. Manter relações com as organizações estudantis internacionais.

e) constituir-se um núcleo de pessoas responsável pelos jornais murais da Faculdade e da AE. Assegurar sempre que necessário uma eficaz propaganda de cartazes.

f) constituir-se um núcleo de pessoas responsável pelos arquivos da Associação. Fazer uma recolha organizada de diverso material associativo, publicações, etc., para fornecer, sempre que necessário, uma boa documentação aos estudantes.

g) garantir que a cabine sonora esteja integrada no conjunto das actividades da AE.

h) pôr a funcionar uma verdadeira secção fotográfica consoante as necessidades do trabalho da AE.

Para tudo isto, será imprescindível facilitar a colaboração a dezenas e dezenas de estudantes.

Proposta pelos colaboradores da Associação de Ciências.

Informativas



TORRE
TOMBO

1.No combate ao isolamento dos estudantes da população.

- Sabemos que cada vez que em virtude do agravar das contradições do ensino e da Universidade, a luta estudantil se acende com mais força, saem na Imprensa Diária as notas oficiosas do M.E.N. com "explicações" que visam de turpá-la (*).

A incapacidade do M.E.N. de resolver as situações caóticas dentro da Universidade e de satisfazer portanto as justas reivindicações de largas masas de estudantes, obriga-o a tomar medidas arbitrárias e repressivas: fecho de Faculdades, sanções disciplinares aos dirigentes e colaboradores mais próximos das direcções, intervenção da P.S.P. e polícia de choque, etc.

Tais notas oficiosas visam a formação duma opinião pública desfavorável (incluindo os estudantes mais afastados das AAEE, de forma a permitir ao governo mais facilmente tomar as suas medidas repressivas.

- Por outro lado temos toda uma orquestra formada pela censura, directores de jornais e redactores, trabalhando em convergência de molde a impedir qualquer informação que possa criar dificuldades à "ordem estabelecida".

Ora para que os estudantes possam ter uma noção correcta das relações actuais Universidade-Sociedade é a actual política do ensino (Reformas, ofertas de participação, etc.) precisam de ter os dados necessários à compreensão da evolução dos acontecimentos tanto nacionais como internacionais, isto é, precisam duma informação não censurada.

São as secções informativas das AAEE (organismos sindicais-legais) e as estruturas de informação que os estudantes para esse efeito criarem que vão cumprir estas funções.

- Não são apenas os casos de repressão atrás citados as únicas armas utilizadas pelo governo, contra o M.E. (Movimento Estudantil). Existe toda uma legislação anti-estudantil (circum-escolar e disciplinar) ao abrigo da qual o governo atenta contra a autonomia dos estudantes e através dos seus organismos sindicais, as AAEE, resolver os seus problemas. Exemplo bem flagrante disso são os serviços sociais e a M.P. que tentam impedir (e combatem) a autogestão dos estudantes dos serviços do seu próprio interesse. Temos no passado do M.E. uma vitória que é preciso não esquecer a revogação do decre

(*) São exemplos escandalosos disso os comunicados oficiais do M.E.N. (Ministério da Educação Nacional) nos jornais justificando o encerramento do Técnico dando a entender que um grupo de depravados sexuais assaltaram determinada casa de banho das raparigas (que nem sequer existia) e o fecho das aulas quando do tiroteio sobre os estudantes de Coimbra em que a justificação dada era que os estudantes precisavam de férias mais cedo para preparar os seus exames.

to 40.900. A luta pela revogação da legislação anti-estudantil continua a ser um objectivo que não pode ser abandonado. É preciso portanto, que todos os estudantes estejam informados e conscientes do seu significado.

2. Combate ao isolamento entre estudantes, como forma de manter a coesão interna do M.E.

A unidade entre os estudantes face a objectivos comuns a atingir não é nenhuma utopia. Existem efectivamente interesses colectivos dos estudantes enquanto tais, que a determinam.

— Existe no entanto, entre as escolas de Lisboa e as três Academias (Lisboa, Coimbra e Porto), desfazamentos na condução da luta estudantil. Isto traduz-se em grandes dificuldades de movimentação una, ou em movimentações de solidariedade que, por serem esporádicas e não deixarem bases organizativas para trabalho comum, em pouco contribuem para essa unidade.

O estabelecimento de contactos entre Escolas e Academias que permita a todos os estudantes estar a par dos processos que decorrem nas outras, e ter uma visão crítica da condução dos mesmos, é um passo importante a dar para essa unidade.

Para isso há que lançar bases de estruturas federativa e nacional de Informação com base nas Secções Informativas das Escolas que faça sair um boletim federativo e um jornal nacional.

— O Isolamento entre dirigentes e estudantes tem as suas causas sobretudo: na linguagem empregue quer em reuniões quer em comunicados abstracta, ininteligível e pretenciosamente ultra-politizada e portanto a que os estudantes não aderem de modo algum; na não informação das discussões tidas em reuniões de dirigentes: R.I.As, R.N.D. (Reuniões Nacionais de Dirigentes), etc. Em relação a isto, e como medida de democratização dessas estruturas, há que publicar (actas ou relatórios) os assuntos e discussões havidas nessas reuniões.

— Existe na Faculdade a tendência de os cursos serem considerados unidades estanques. Ora a par dos problemas específicos de cada curso existem problemas gerais comuns a todos os cursos, que exigem portanto um tratamento comum. Isto provém sobretudo duma má ventilação desses problemas, o que faz ressaltar a importância dum trabalho de imprensa que em colaboração com as secções culturais e pedagógicas, promova uma ampla informação e lance o debate sobre esses assuntos.

3. Este ano o trabalho de Informação não deve continuar como que "destacado" da Faculdade; em vez disso é dentro dos próprios cursos e em estreita colaboração com as comissões de curso pedagógicas e culturais que os estudantes devem criar e desenvolver essa informação.

Para tal, mais concretamente propomos:

- a) criação em cada curso de uma comissão de Informativas (ligada à Improp).
Esta comissão constituirá uma equipa de informação regular dentro do curso.
- b) organizar equipas eventuais de informação. Estas equipas surgem quando estudantes normalmente afastados do trabalho associativo, querem no entanto colaborar na informação de um assunto concreto que lhes interessa em especial.
Estas comissões aparecem então só nessas alturas e desaparecem logo a seguir (quando a necessidade e a importância dessa informação especial desaparecer).
- c) fazer sair um boletim informativo da AE -- o Improp, regularmente.
Para tal será necessário manter um corpo permanente de redactores.
- d) criar um serviço de notícias que garanta um constante intercâmbio informativo entre Ciências e as outras escolas de Lisboa e do País. Manter relações com as organizações estudantis internacionais.
- e) constituir-se um núcleo de pessoas responsável pelos jornais murais da Faculdade e da AE. Assegurar sempre que necessário uma eficaz propaganda de cartazes.
- f) constituir-se um núcleo de pessoas responsável pelos arquivos da Associação. Fazer uma recolha organizada de diverso material associativo, publicações, etc, para fornecer, sempre que necessário, uma boa documentação aos estudantes.
- g) garantir que a cabine sonora esteja integrada no conjunto das actividades da AE.
- h) pôr a funcionar uma verdadeira secção fotográfica consoante as necessidades do trabalho da AE.

Para todo este trabalho será imprescindível que colaborem dezenas e dezenas de estudantes.



T O R R E
T O M B O

Federativa

Desde o início do ano lectivo em curso que se vem processando entre os colaboradores das diversas Escolas toda uma discussão acerca da linha geral de actuação para as Associações de Estudantes de Lisboa.

É incorrecto que estas discussões se mantenham, como tem acontecido até agora, ao nível de dirigentes e colaboradores mais próximos. Estas discussões sobre linhas de conduta geral para o movimento devem ser levadas ao seio dos estudantes e por eles criticadas e aprovadas. Aliás ao fazer-se isto não se faz mais que a aplicação do princípio de Democraticidade pelo qual se regem as Associações de Estudantes. Assim devem as direcções das Associações começar a incluir nos seus programas de candidatura propostas de actuação a nível federativo em vez de fazerem, como tem acontecido até agora, em que reservam essa discussão para si.

Para que uma proposta de acção para as Associações seja praticável tem que ter necessariamente em conta o estado do movimento a nível geral. Isto é terá que ver quais os aspectos essenciais da situação actual da movimentação dos estudantes nas diversas Escolas e com base neles propôr uma linha de acção que faça avançar a luta na totalidade das Escolas.

Posto isto os colaboradores de Ciências apresentam para discussão aos estudantes, as linhas gerais da sua proposta de acção para o trabalho federativo.

1-Situação geral do Movimento Associativo nas diversas Escolas:

- Fracca movimentação nas Escolas e desinteresse dos estudantes pelo trabalho da Associação, o que se traduz numa não participação nas actividades associativas, sendo poucas as Escolas onde tal não se verifica.
- Inexistência de Associações em bastantes Escolas e existência de Associações que desenvolvem muito pouco trabalho.
- Existência de um número de colaboradores bastante restrito e com pouca experiência de trabalho.
- "Certos dirigentes associativos fazem uma aplicação muito duvidosa destes princípios gerais. Assim, para certos dirigentes a democraticidade da Associação estaria garantida pelo simples facto de terem sido eleitos democraticamente no princípio do ano; depois, eleitos com programas de trabalho tão genéricos onde cabem mundos e fundos, arro-

gam-se o direito de falar em nome de todos os estudantes sob o pretexto de que está tudo incluído no programa aprovado! Promover antes disso amplas discussões nas turmas, em reuniões, etc., isso não é lá com eles.

Outros ainda dizem que concordam com os princípios de democraticidade expostos, concordam com tudo isso; mas depois começam a dizer que o melhor é que certas reuniões sejam fechadas "por razões de segurança"... e quando se lhes aponta a contradição de por um lado defenderem que exista a democraticidade "que controle todas as funções de direcção por parte de todos os estudantes" (Declaração de Princípios), por outro defenderem reuniões de dirigentes fechadas aos estudantes, respondem que uma coisa são Princípios e outra são questões de "ordem tática"... (!?).

Outros ainda dizem que as discussões são abertas a todos os estudantes, que toda a gente pode trabalhar na Associação, etc., mas na prática as coisas passam-se de tal modo que o estudante "comum" (...) mais depressa se afasta da actividade associativa do que se aproxima dela. Ora com as suas "altas discussões em termos pretenciosamente ultra-politizados, ora com frases ininteligíveis, certos dirigentes vão-se fechando na sua "panela", isolando-se, isolando-se, acabando por cair na maior indiferença dos estudantes que os rodeiam. (Improp 5)

2-PROPOSTAS

2.1.-Instauração de uma prática crítica de desviciamento

a) Pela "impregnação" que o predomínio do oportunismo conseguiu na luta sindical e suas estruturas (burocracia, golpismo e anti-democraticidade, etc.) e pela inexistência de uma prática crítica neste campo

b) É indispensável para se conseguir ir estabelecendo uma linha de actuação correcta (não oportunista), que isto seja acompanhado por uma prática de desviciamento (campanha de crítica ao oportunismo, chauvinismo e pela desburocratização e democratização interna);

c) Nesta fase inicial, pensar que se pode prescindir de um esforço muito especial e intenso (e portanto prioritário) desta prática crítica para desenvolver trabalho na sequência de uma linha "correcta", é muito duvidoso pelo expresso em a)

Nota a b): Entende-se por chauvinismo a perspectiva que considera apenas importantes e dignos dum trabalho sério o problemas locais (da Escola, desprezando os problemas gerais (que abrangem todas as Escolas); ou ainda que só se interessa e incentiva o trabalho geral quando a sua Escola e em particular beneficia dele.

ASSIM PROPÕE-SE:

A- Que se ponham em prática as seguintes premissas:

i) Todas as decisões de dirigentes (ou da cúpula, como se queira chamar) do M.A. que digam respeito de alguma forma à linha de orientação momentânea deste (M.A.) ou dos primeiros passos de reestruturação, a nível interno, de Academia, ou nacional, devem ser an tccedidos necessariamente da máxima ventilação e discussão entre os colaboradores e estudantes mais próximos, respectivamente a nível interno, de Academia, ou nacional. Isto diz respeito, entre outras, às decisões de R.I.A. (reuniões inte-Associações) e R.N.D (Reuniões Nacionais de Dirigentes).

ii) Em todas as Escolas onde por diversos motivos (que podem ir do desinteresse ao des conhecimento de causa) esta discussão e ventilação dificilmente a discussão abrange a totalidade dos colaboradores, a direcção da escola e os colaboradores mais próximos devem tentar activamente suprir as fahas que ocasionam esse estado de coisas e em ca



TORRE
TOMBO

153

so algum aproveitar-se dele por comodismo ou oportunismo consciente.

iii) Devem ser estimulados os contactos entre colaboradores de diversas escolas e ser criadas condições para um intercâmbio frequente, e nunca dificultado por negligência ou oportunismo consciente.

iv) Todas as decisões respeitantes a questões fundamentais, momentâneas, mesmo que não sejam gerais, devem ser precedidas de amplo debate e discussão no seio dos estudantes (e nunca fazer muitos meetings de "base", dizer que é a base que está ali a discutir e no fim de contas serem os quadros associativos e a "orla" estudantil mais próxima deles) em vez de apresentar quase de chofre propostas elaboradas por dirigentes (os oito pontos de "Coimbra" e a CNEP)

B-Que se proceda :

a uma ampla campanha de democratização interna

em que se faça-1º-a aplicação integral do ponto sobre democraticidade da Declaração de Princípios A. 2º-a criação de estruturas na base integrando estudantes afastados até agora do trabalho associativo-a)que controlem efectivamente o trabalho associativo -b)que imponham a discussão no seio dos estudantes de certas decisões de reuniões de dirigentes, antes de elas tomarem valor efectivo-c)que controlem a preparação das Reuniões Nacionais de Dirigentes, Plenários, etc.-d)que exijam o controle das reuniões fechadas, impedindo assim o seu funcionamento, etc.; devendo-se trabalhar intensamente por um progressivo aumento de enquadramento das massas estudantis, maior participação nas Reuniões Gerais de Alunos, maior número de sócios, de colaboradores, enfim por um constante aumento da radicação nas massas estudantis por parte das AAEE.

ao combate frontal ao oportunismo associativo

não tendo receio de "lavar a roupa suja" associativa perante as massas; denunciar perante elas:

1º todas as infracções à democraticidade por parte de dirigentes oportunistas, sem ter receio de enfraquecer por isso o prestígio do Movimento Associativo-pelo contrário será a melhor forma de arrazar todas essas publicações provocatórias pseudo-estudantis, que vivem tentando desacreditar as AAEE;

2º as orientações incorrectas e oportunistas, e mostrar-lhes os efeitos nefastos que produzem, assim como os interesses de que classe é que defendem, devendo-se trabalhar intensamente para a implantação do controle da linha de actuação do momento por parte dos colaboradores, e da linha de orientação geral pelos estudantes; por uma maior capacidade crítica por parte destes; e por uma formação de colaboradores saídos dos estudantes mais intensa.

ao combate ao chauvinismo e ao isolamento em todos os níveis e sob todas as formas

1º entre academias (caso flagrante as relações entre estudantes de Coimbra e de Lisboa envenenadas pelos dirigentes oportunistas de Coimbra... e de Lisboa)

2º entre Escolas Menosprezo pela organização federativa; elaboração de linhas de orientação isoladas de processos que podem e devem ser coordenados; menosprezo pela R.I.A. e tendência a tirar proveito dela para a Escola); devendo-se trabalhar intensamente para a FEDERATIZAÇÃO DE LISBOA-estruturas gerais e orientação geral-reorganizando as actuais estruturas e para a criação das bases da U.N.E.P. (União Nacional dos Estudantes Portugueses)-estruturas e orientação geral.

Na fase actual, a preocupação principal do trabalho interno e do trabalho interno e do trabalho federativo deve ser a consolidação interna das AAEE, fundamentalmente en-

quanto verdadeiros órgãos de massa

NOTA a B: Aquilo que aparentemente pode surgir como uma confusão entre método e objectivo apresenta-se claramente como um sério objectivo a atingir; e isso porque "instaurar uma prática crítica de desviciamento", significa o estabelecimento de coisas que estão muito longe de funcionar na prática, em virtude dos vícios (de carácter oportunista) anteriores. "Implante-se" o método ... e então ele será método.

2.2.-Trabalho federativo virado a uma primeira consolidação interna das AA.EE.

- a) A movimentação associativa é predominantemente fraca, atrasada, ou inexistente; as suas estruturas refletem e condicionam bem este estado de coisas.
- b) É indispensável proceder a uma primeira consolidação interna mínima das AA.EE., para se poder conseguir o amplo lançamento de uma prática correcta e avançada, que se traduza numa elevação do nível da luta sindical no seu conjunto (e não apenas em algumas Escolas); 2.2. deve ser pois uma linha fundamental do trabalho federativo nesta fase inicial.
- c) Pensar que na situação actual é possível uma prática avançada lançada pelo esforço federativo, poder-se traduzir num avanço global do movimento, é muito duvidoso, pelo expresso em a)
- d) Isso não quer dizer que, dentro da óptica de consolidação interna das AA.EE., não se adopte como ponto fundamental a perspectivação crítica federativa do trabalho interno e geral, para uma prática correcta, mesmo a nível de processos mais atrasados.

C-1 Perspectivação crítica do trabalho interno e geral

Luta contra o ensino de classe

Todo o ensino que se ministra na Universidade tem por fim a formação de quadros técnicos e teóricos que perpetuem o domínio do capital, domínio esse que se traduz na existência de camadas sociais possuindo determinados privilégios que a maioria da população, ou sejam as classes trabalhadoras, não possuem.

Esse ensino não contribui para uma alteração deste estado de coisas procurando pelo contrário dar-lhe cada vez uma base mais sólida, chegando ao ponto de deturpar o conteúdo de determinadas cadeiras (como seja o caso da Sociologia).

Há que conduzir esta luta partindo de problemas que surgem no meio dos estudantes, mostrando a verdadeira origem dos problemas, em vez de se partir de belas análises que não terão qualquer aceitação pois os estudantes não verão uma ligação entre elas e os problemas que os afectam.

2-Esforço de estruturação

Programação do trabalho federativo de forma a: estimular estruturação onde não a há; consolidar as estruturas internas existentes, de forma a criar um mínimo de condições para uma centralização das estruturas federativas, nomeadamente as intersecções.

3-Lutas

Pela revogação da legislação anti-estudantil; contra a repressão; legalização das Comissões Pró Associação.

2.3.-Batalha da informação

Dada a possibilidade de utilização dos jornais de parede, sonora, etc. sem que para tal tenhamos de nos sujeitar a qualquer tipo de censura prévia, deve-se informar das lutas que se travam no seio da população (quer a nível nacional, quer internacional) in formação essa que possibilite aos estudantes a compreensão do seu significado. Procurar-se-á assim acabar com o isolamento dos estudantes em relação ao resto da população através dum conhecimento mais profundo dos problemas desta.

DIRECÇÃO 1970-71

COMISSÃO DIRECTIVA



Glória Ramalho
(Presidente)



Pedro F. Abreu



Olga Moura



Aurélio Silva

Vogais Pedagógicas

Vogais à Cultural



Graça Pestana



Pedro M.F.



M. Rosário Simões



Margarida Graça

Vogais à Improp



F. José Melro



Joaquim Nunes